



DIÁRIO OFICIAL

DIÁRIO OFICIAL
DOS PODERES
DO ESTADO

www.dio.es.gov.br

Vitória (ES), Segunda-feira, 31 de Dezembro de 2012

PODER EXECUTIVO

GOVERNADORIA DO ESTADO

DECRETO

DECRETO N.º 3194-R, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.

Introduz alterações no RICMS/ES, aprovado pelo Decreto n.º 1.090-R, de 25 de outubro de 2002, e no Decreto n.º 3.174-R, de 14 de dezembro de 2012.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 91, III, da Constituição Estadual;

DECRETA:

Art. 1.º O art. 70 do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado do Espírito Santo – RICMS/ES –, aprovado pelo Decreto n.º 1.090-R, de 25 de outubro de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 70.

LXIX - nas operações a seguir indicadas, realizadas ao abrigo da Lei n.º 2.508, de 1970, com mercadorias ou bens importados que, em eventuais operações interestaduais, estejam sujeitos aos efeitos da Resolução n.º 13, de 2012, do Senado Federal, de forma que a carga tributária efetiva resulte no percentual de quatro por cento:

a) importações de mercadorias ou bens; ou

b) saídas internas promovidas pelo importador, exceto quando destinadas a estabelecimento varejista localizado neste Estado ou a consumidor final.

....." (NR)

Art. 2.º O Decreto n.º 3.174-R, de 14 de dezembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - o art. 2.º;

"Art. 2.º

I - valor equivalente a oito por cento da operação de que decorrer a saída das mercadorias do estabelecimento importador, limitado a sessenta e seis inteiros e sessenta e sete décimos por cento do imposto recolhido, nas operações com alíquota ou carga tributária efetiva do ICMS superior a quatro por cento;

....." (NR)

II - o art. 4.º:

"Art. 4.º O Bandes deduzirá o montante equivalente a nove por cento do valor dos financiamentos a que se refere o art. 2.º, que ficará depositado sob a modalidade de certificado de depósito bancário ou depósito vinculado, o qual será caucionado em garantia do respectivo contrato, podendo:

I - cinquenta por cento ser aplicado no Fundapsocial, ou a outro fundo indicado pelo Comitê Decisório, sendo o saldo remanescente destinado ao pagamento de lances, da empresa mutuaría ou, mediante sua autorização, de seus sócios, no primeiro leilão subsequente à data da liberação do financiamento, relativo a contratos celebrados ao abrigo da Lei n.º 2.508, de 1970, promovidos pelo Bandes, na forma prevista no art. 7.º, cujo montante, se não utilizado na quitação de lance, será transferido ao Fundapsocial, observado o art. 2.º da Lei n.º 7.829, de 9 de julho de 2004;

§ 1.º As empresas que firmarem contratos para os financiamentos previstos art. 2.º com valor igual ou superior a quinhentos mil reais, no trimestre civil imediatamente anterior, poderão, alternativamente, utilizar até cem por cento da caução para aplicação em projeto próprio ou de empresa coligada, controlada ou com a qual possua um sócio em comum, visando à descentralização do desenvolvimento e a viabilização de empreendimentos com grande importância na economia regional, devendo o projeto ser previamente aprovado pelo

Bandes, sendo o valor remanescente, na hipótese de aplicação de percentual inferior a cem por cento, destinado para o Fundapsocial, ou para outro fundo de desenvolvimento indicado pelo referido Comitê, observado o art. 2.º da Lei n.º 7.829, de 2004.

§ 5.º O prazo para utilização das cauções nas finalidades relativas ao caput, II e ao § 1.º será de dezoito meses, contados da liberação dos recursos do financiamento relativo às operações realizadas ao amparo da Lei n.º 2.508, de 1970, após o qual os valores das cauções serão destinados para o Fundapsocial, ou para outro fundo de desenvolvimento indicado pelo referido Comitê." (NR)

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Ficam revogados:

I - o inciso II do art. 2.º do Decreto n.º 3.174-R, de 2012; e

II - o inciso I do § 2.º do art. 4.º do Decreto n.º 3.174-R, de 2012.

Palácio Anchieta, em Vitória, aos 28 de dezembro de 2012, 191.º da Independência, 124.º da República e 478.º do Início da Colonização do Solo Espiritossantense.

JOSÉ RENATO CASAGRANDE
Governador do Estado

MAURÍCIO CÉZAR DUQUE
Secretário de Estado da Fazenda

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO - SEG -

RESUMO DE TERMO DE ADESAO

Contrato n.º 013/2012/SEGER
Pregão Presencial nº 002/2012/SEGER
N.º processo SEGER: 57644055/2012

Contratante: Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER.

Contratada: Empresa Telemar Norte Leste S/A.

Órgão Adeso: Secretaria de Estado de Governo- SEG

N.º processo SEG: 60738693/2012

Objeto contratual: Contratação de prestação de serviços de telefonia com o objetivo de operacionalizar a rede telefônica corporativa do Governo do Estado do Espírito Santo, cujas características técnicas estão descritas no anexo I observando os seguintes itens:
a) Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de telefonia fixa comutada (STFC) na modalidade Local (LOTE 1);

Dotação Orçamentária:
Atividade: 0412200502.120
Elemento de Despesa: 339039
Plano Interno: 2120FI0099
Fonte: 0101

Valor anual do órgão adeso:
LOTE1 R\$146.848,62 (cento e quarenta e seis mil oitocentos e quarenta e oito reais e sessenta e dois centavos).

Vitória, 28 de Dezembro de 2012.

TYAGO RIBEIRO HOFFMANN
Secretário de Estado de Governo
Protocolo 110169

Esta Edição, contém Ato do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário
As Matérias publicadas no Diário Oficial, são reproduzidas diretamente dos originais

NESTA EDIÇÃO

PODER EXECUTIVO - Nº 23.419		Ministério Público	-
CADERNOS		Municipalidades e Outros	- páginas
Executivo	12 páginas	Câmaras	5
Governo	1	Prefeituras	5 a 9
Secretarias	2 a 4	Repatrições Federais	-
Assembleia Legislativa	-	Comércio & Indústria	-
Legislação	- páginas	Ministério Público	-
Governo	-	Tribunal de Contas	9
Secretarias	-	Defensoria Pública do Estado	-
Assembleia Legislativa	-	ERRATA	
Câmara	9	No D.O. de Sexta-Feira, 28 de Dezembro de 2012	
Prefeitura	9 a 10	às páginas 90,91,92,93,94,95 e 96.	
Comércio & Indústria	-	ONDE SE LÊ:	
Repatrições Federais	-	MUNICIPALIDADES E OUTROS	
		LEIA-SE:	
		EXECUTIVO	